



Relatório de Análise de Impacto

Nº do processo: 21000.019676/2024-22 Descrição: INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA ALTERAÇÃO DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 139/ 2022 - MODELO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA DE SEDE DE UNIDADE DESCENTRALIZADA

Tipo de Norma: Instrução Normativa

Unidade Responsável: DIPOA

Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
***.651.429-**	CASSIA REGINA COSTA BRUSTOLIN	cassia.brustolin@agricultura.gov.br	4791078943
***.334.693-**	FRANCISCO IVES TAVARES PEREIRA	ives.tavares@agricultura.gov.br	8596148282
***.090.559-**	DANIEL GUSTAVO BEZ	daniel.bez@agricultura.gov.br	4898481264
***.498.929-**	EDNA MAYUMI YUAHASI MIURA	edna.miura@agricultura.gov.br	4399578484
***.386.828-**	ANEE VALERIA MENDONCA STACHISSINI	anee.stachissini@agro.gov.br	1497533673
***.956.512-**	GABRIELA ALICE BRUNETTA DO COUTO	gabriela.couto@agro.gov.br	9191291522
***.334.226-**	VERLAINE DE SOUZA LIMA	verlaine.lima@agricultura.gov.br	3499852161

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

As auditorias em sede de unidades descentralizadas são realizadas num ciclo bianual. A cada final de ciclo, é emitido um Relatório Final em que são tecidas considerações gerais sobre os achados, apontadas sugestões de melhorias ao órgão central e também avaliadas oportunidades de melhorias nos documentos e procedimentos da própria Divisão de Auditorias Nacionais. Com base neste resultado, verificou-se a necessidade de promover alguns ajustes no modelo de relatório aplicado atualmente, excluindo, modificando, inserindo e realocando itens. Estas mudanças visam melhorar a descrição e a compreensão dos achados.

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

Decreto 9013/2017, alterado pelo Decreto 10468/2020 - Artigo 10, inciso XXIV (XXIV - auditoria de unidade descentralizada - procedimento técnico-administrativo conduzido por equipe composta por servidores do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e liderada por Auditor Fiscal Federal Agropecuário com formação em Medicina Veterinária, com o objetivo de apurar o desempenho do serviço e que poderá incluir auditorias por amostragem em estabelecimentos registrados;) Decreto 9013/2017, alterado pelo Decreto 10468/2020 - Artigo 12, Parágrafo único (Parágrafo único. O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizará auditorias para avaliar o desempenho do serviço de inspeção federal, nas unidades locais e nas unidades descentralizadas, quanto à execução das atividades de inspeção e fiscalização de que tratam o caput e o art. 11) Portaria 562/ 2018, Artigo 127, Incisos I e II (cabe à Divisão

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

Não, tendo em vista que as alterações propostas são de pequena monta e o relatório vigente é passível de utilização, caso a norma não seja acatada

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.)

Coordenadores das 11 sedes de unidades descentralizadas do DIPOA (daniela.ferreira@agro.gov.br, fabiana.lima@agro.gov.br, roberio.machado@agro.gov.br, arildo.cunha@agro.gov.br, pedro.bueno@agro.gov.br, douglas.souza@agro.gov.br, regia.queiroz@agro.gov.br, carla.rodrigues@agro.gov.br, felipe.porto@agro.gov.br, marcio.todero@agro.gov.br, carine.alves@agro.gov.br) Coordenadora-geral de Controle e Avaliação (juliana.bressa@agro.gov.br)

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
-



Relatório de Análise de Impacto

- Agrava-se lentamente
 - Mantém-se estável
 - Resolve-se lentamente
 - Resolve-se rapidamente
 - Imprevisível
-



Relatório de Análise de Impacto

6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

Manter o modelo atual de relatório, o que não causaria prejuízo ao desempenho das atividades

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

Não há

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

A alternativa ideal seria a alteração do modelo, conforme proposta. Porém, não haveria prejuízo à atividade caso a proposta não seja acatada

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
- Sim. Especificar.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
 - Sim. Especificar.
-



Relatório de Análise de Impacto

11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
- Sim. Especificar.

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

O objetivo da proposta é melhor leitura do relatório, facilitando sua interpretação

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

Alteração do modelo contido no Anexo I da Instrução Normativa 139/2022, incluindo, agrupando ou mudando a distribuição dos itens

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
- Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
 - Despesas ou transferências de recursos financeiros dos PIs da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
 - Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
 - Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
 - Outros. Especificar e quantificar:
-



Relatório de Análise de Impacto

16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)

Não há

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
 Sim. Por quê?

Não há custos de implementação

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
 Sim. Relacionar.

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Relatório de Análise de Impacto

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
- Sim. Relacionar.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
- Reunião
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Câmara Setorial
- Outros. Especificar:

23 - Observações adicionais:
